

PDS quer explicações sobre dívida externa

O líder da maioria no Senado, Aloysio Chaves (PDS-PA), antecipou-se ontem às iniciativas oposicionistas, surpreendendo o plenário com dois requerimentos de convocação, um do ministro Delfim Netto, do Planejamento, e outro do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Os dois devem prestar esclarecimentos, perante o plenário, sobre a dívida externa brasileira e a política fiscal e cambial.

Luis Antônio



Aloysio Chaves, com o seu requerimento, antecipou-se às oposições

No momento em que a mesa diretora lia os dois requerimentos, Aloysio Chaves, caminhava no plenário e disse aos jornalistas: "São requerimentos de convocação..." Como se trata de iniciativa da bancada majoritária, a aprovação é certa e depende apenas da colocação dos requerimentos na Ordem do Dia, o que poderá ocorrer a partir de hoje, tudo dependendo de entendimentos entre a Mesa Diretora e a liderança pedessista.

Aloysio Chaves confirma na prática o que havia assegurado um pouco antes do início do semestre legislativo, ao garantir que os ministros de Estado estavam dispostos a comparecer ao plenário do Senado — ou da Câmara — sempre que fossem solicitados. Com isso, o líder pedessista anula a ofensiva anunciada pelas oposições, sobretudo com vistas às medidas adotadas pelo governo na área econômica.

Mas a ofensiva não deverá ficar apenas com os representantes da minoria. O senador governista Odacir Soares (PDS-RO) encaminhou à mesa requerimento pedindo informações à presidência da República sobre o recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras-IOF.

O senador pedessista quer saber se são verdadeiras as denúncias de irregularidades no recolhimento do IOF ao Banco Central. De acordo com publicações dos jornais, o recolhimento não estaria sendo feito regularmente pelos bancos, o que motivou a indagação do parlamentar.

Enquanto isso, no Ministério do Interior, um assessor próximo a Mário Andreazza revelou a disposição, da parte do ministro, em comparecer à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos a propósito das últimas negociações envolvendo a Caderneta de Poupança Delfin e o BNH. A presença do ministro, nesse caso, independeria de qualquer convocação especial.

Segundo esse assessor ministerial, a ida de Andreazza à Câmara está na dependência, apenas, de um acerto de datas com o presidente da Casa, deputado Flávio Marçílio. Nos últimos dias, observou o informante, a assessoria parlamentar do Ministério do Interior tem, inclusive, mantido contatos com outros destacados próceres da bancada pedessista, no sentido de que se acorde quanto à melhor data. A mesma fonte informou que o ministro Mário Andreazza vai procurar defender a tese de que a negociação entre o BNH e o Grupo Delfin foi boa para o Governo e, em especial, para o Sistema Financeiro da Habitação.

Juros estão na pauta de estudos

O ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, em seu encontro de ontem com parlamentares do PDS, disse que seu Ministério estuda no momento medidas relativas aos juros bancários em proteção as pequenas e médias empresas. Mas, apesar do múltiplo e prolongado bate papo com os parlamentares, nem Galvêas, nem outras autoridades da área econômica presentes ao encontro, aventaram a possibilidade de tabelamento dos juros.

Os parlamentares acreditam que outro assunto que o governo estuda novas medidas é a política salarial. O presidente do Banco Central, Carlos Langoni, perguntou ao deputado Paulo Lustosa sua opinião sobre a idéia do governo se ausentar de intermediação nos dissídios trabalhistas, fixando apenas o salário mínimo e deixando livres as negociações entre empregados e empregadores.

Em cima desses assuntos e outros, que as autoridades da área econômica mostraram especial curiosidade, os parlamentares do PDS devem apresentar projetos nos próximos dias. Paulo Lustosa, por exemplo, sugeriu ao ministro Delfim Netto três medidas: 1) o controle dos preços de produtos e serviços das empresas estatais; 2) o tabelamento dos juros bancários, em 12% para a captação e 18% para a aplicação; e 3) transferência nos ganhos, com a queda nos preços do petróleo, ao consumidor. O ministro Delfim entendeu as três propostas como dentro do contexto.

Arquivo



Com a aprovação do requerimento, Delfim e Galvêas explicarão o endividamento